



## ENTREVISTA CONCEDIDA

ANNA GROSS

9 de agosto de 2019

### 1) Gostaria de saber mais sobre os métodos de produção.

R: O sistema de produção no Brasil está estruturado em cinco categorias: empresas privadas; grandes produtores; médios produtores; pequenos produtores e agricultores familiares.

- **Empresas:** Com área de produção própria ou atuando em parceria por mecanismos como arrendamento de terra. Em regra, possuem usina de extração para óleo de palma bruto (CPO) e óleo de palmiste (CPKO) e atua em parceria com fornecedores de cachos de frutos de palma de óleo de grandes, médios, pequenos produtores e famílias de agricultores;
- **Grandes produtores:** Possuem plantio acima de 500 hectares e estão estruturados como empresas (pessoas jurídicas) ou particulares (pessoas físicas). Estão associados a uma empresa que possui usina de extração para a qual fornecem sua produção. Recebem orientação e assistência técnica da compradora;
- **Médios produtores:** Com plantios entre 100 a 500 hectares, na maioria dos casos são pessoas físicas associadas a uma empresa. Vendem a produção de cachos de frutos frescos e recebem da compradora orientação e assistência técnica;
- **Pequenos produtores:** Possuem plantios abaixo de 100 hectares e basicamente são pessoas físicas associadas a uma empresa. Vendem a produção e recebem orientação e assistência técnica da empresa compradora;
- **Agricultura Familiar:** São famílias que receberam terras do Estado ou da União, dentro de uma política pública, com área entre 25 a 100 hectares. Podem ser assistidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do governo federal, em plantios de 5 a 10 hectares com financiamento em juros de 4,5% ao ano, seis anos de carência e 8 anos para amortização. Estão associados a uma empresa e recebem assistência técnica gratuita. Os produtores se organizam em Associações, Consórcios ou Cooperativas para vender a produção de cachos de fruto de palma e de produtos de subsistência, produzidos de forma consorciada.

Os demais produtores possuem poucas opções de financiamento a longo prazo, mas se não possuírem dívidas com instituições bancárias podem acessar financiamento de custeio para fertilizantes e manutenção do plantio, com prazo de um a dois anos. Para adquirir tratores, caminhões, máquinas e equipamentos os bancos financiam com juros de mercado.



## 2) Gostaria também de aprender mais sobre a história da produção de palma no Pará.

R: A primeira experiência com palma de óleo no Pará teve início em 1951 e foi conduzida pelo Instituto Agrônomo do Norte (IAN), hoje Embrapa Amazônia Oriental. Entre 1962 e 1963, por meio de um convênio entre o Instituto de Óleo do Brasil e o *Institut de Recherches pour les Huiles et Oléagineux* (IRHO, da França) foram implantados dois campos genealógicos de palma no Brasil, um no Estado do Pará e outro no Estado da Bahia. Essa pesquisa resultou no primeiro Programa de Incentivo ao Cultivo de Dendê, em 1967, conduzido pela Dra. Clara Pandolfo, então Diretora de Recursos Naturais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), conhecido como “Projeto Dendê”.

Em 1972 foi criada a Dendê do Para S/A (DENPASA) a partir de plantios em lotes de agricultores filiados à Cooperativa Agrícola Mista Paraense, que forneceriam os frutos para processamento na Usina Extratora da Denpasa. Posteriormente, o controle acionário foi repassado para o banco Holandês HVA, e em 1977 um grupo brasileiro assumiu o controle acionário da Denpasa, a primeira empresa extratora de óleo de palma no Brasil. A partir daí, ocorreu a expansão do plantio em Benevides (PA), com 3.500 hectares e duas usinas extradoras. Entre as décadas de 1980 a 1990, tiveram início os grandes projetos incentivados pela SUDAM, que alicerçaram o crescimento da DENPASA e propiciaram o surgimento de outras empresas como a Deanam, Reasa, Agromendes, CRAI e Projeto Caiaué.



Ao final dos anos 90 a palma de óleo chegou a ocupar uma área de aproximadamente 50.000 hectares. Nesse período, também ocorreu o aparecimento da doença conhecida como Amarelecimento Fatal, que dizimou a plantação da DENPASA em Benevides e regiões circunvizinhas, atingindo também os plantios da Codenpa e da Dentauá. A doença paralisou a expansão da cultura na região mais chuvosa e ocasionou a migração da palma de óleo para regiões com menor índice pluviométrico, mais ao sul de Belém, nas regiões de Tomé-Açú e Tailândia, alcançando uma área plantada em torno de 70.000 hectares.

Em 2010, por iniciativa do governo federal brasileiro, foi lançado o Programa de Incentivo ao plantio da Palma de óleo para produção de Biodiesel. Este programa foi muito bem elaborado, sendo realizado primeiramente o Zoneamento Agroecologia do Dendê pela EMBRAPA, levando em consideração o clima, a floresta nativa, as áreas indígenas, as áreas de quilombolas e as áreas de alto valor de conservação, ou seja, foram mapeadas somente áreas desmatadas e degradadas. O componente do tripé da sustentabilidade foi a prioridade dada à inclusão da Agricultura Familiar.

De 2010 a 2015, foram plantados cerca de 130.000 hectares com a participação de grandes players como a Vale, Petrobrás, Galp e ADM, onde foram incluídas aproximadamente 1.100 famílias da Agricultura Familiar. Atualmente, a área plantada no Brasil é de aproximadamente 210.000 hectares, cabendo ao Estado do Pará 90% dessa área.





## 2) Método de Plantio

R: O plantio da palma de óleo no Brasil só é permitido dentro da área mapeada pelo zoneamento realizado pela Embrapa<sup>1</sup>. É necessário obter licenciamento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e aderir ao protocolo de boas práticas para o cultivo da palma de óleo junto ao governo Estadual, onde é expressamente proibido realizar qualquer supressão de vegetação nativa. Além disso, é necessário comprovar por imagens de satélite o histórico de desmatamento na propriedade, tomando como corte o ano de 2008. Quaisquer plantios que não atendam a esses requisitos serão considerados ilegais e estarão sujeitos a sanções legais.



## 3) O produtores produzem qual quantidade? É para o mercado nacional ou internacional?

R: A produção atual está estimada em aproximadamente 580.000 toneladas, contra um consumo interno estimado em 640.000 toneladas, sem considerar o mercado de biocombustível. Portanto, o Brasil ainda não é autossuficiente na produção de óleo de palma.

Sendo uma commodity, devido os elevados custos de logística, considerando que a produção está na região Norte e o consumo se concentra nas regiões Sul e Sudeste, os movimentos de importação e exportação acontecem de acordo com a demanda de mercado.

## 4) Os produtores brasileiros pretendem aumentar a produção no futuro?



R: As primeiras experiências da agricultura familiar com o óleo de palma no Brasil tiveram início no período de 2000 a 2002, com envolvimento de 50 pequenos produtores na comunidade Arauaí, no município de Moju (PA). Entre 2004 a 2006 foram implantadas mais três novas áreas, totalizando a participação de 185 pequenos produtores com área média de 10 hectares por produtor. Estudos realizados pela Embrapa em 2013, publicados no Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento Nº 94, evidenciam um rendimento líquido mensal familiar equivalente a 3,93 salários mínimos, o que representa em termos atuais quase R\$ 4.000,00.

A pesquisa realizada pelo CIFOR (Brief Info)<sup>2</sup>, sob a liderança dos pesquisadores Frederico Brandão, Geoge Schoneveld e Pablo Pacheco, a participação de aproximadamente 1.100 famílias entre 2010 a 2015 no Programa de Agricultura Familiar indica que 45,3% das famílias

<sup>1</sup> <http://www.abrapalma.org/pt/wp-content/uploads/2015/01/ABRAPALMA-Tudo-Sobre-Palma.pdf>

<sup>2</sup> <https://www.cifor.org/library/6849/>



classificadas como ótimo e bom, 42,5% como médio e apenas 12,5% como ruim.

A região Norte do Brasil pertence ao bioma Amazônico e apresenta baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). Encontrar opção para a geração de renda digna não é tarefa fácil. Soma-se a isso a dificuldade natural de identificar alternativas para a geração de renda de forma sustentável em zonas tropicais, onde o clima é quente e apresenta regime de chuvas intensas acima de 2500mm anuais. O Sudeste asiático utilizou duas culturas perenes, a seringueira e a palma de óleo, para reduzir a pobreza da população rural e evitar o êxodo rural. Esse pode ser um caminho, também para a região norte do Brasil, de acordo com os resultados vivenciados.

Falar em expansão futura da palma de óleo no Brasil, dadas as condições postas, creio que seria um caminho natural. Apesar das dificuldades econômicas e estruturais enfrentadas no momento, o país reúne todas as condições necessárias para produção de óleo de palma de forma sustentável. As regras para que isso ocorra estão muito bem definidas, sejam elas ambientais, sociais ou econômicas. A desconfiança internacional em relação a possibilidade de replicação dos modelos malaio ou indonésio cede espaço à certeza de que um conjunto de salvaguardas legais vigentes garantirá uma modelagem mais próspera e sustentável.



### **5) O que vocês estão fazendo para proteger a floresta natural?**

R: De acordo com levantamento realizado recentemente pela Embrapa Sensoriamento Remoto e também ratificada pela NASA<sup>3</sup>, o Brasil é o país que mais protege e conserva os recursos naturais. Segundo o Ministério da Agricultura utilizamos apenas 7,6% do nosso território para a produção agropecuária. O setor produtivo está amadurecido no Brasil e cada vez mais consciente de que produção, desenvolvimento e crescimento podem andar de mãos dadas com a sustentabilidade, inclusive esse pode ser um diferencial no mercado mundial.

Ferramentas modernas de monitoramento por satélites permitem a observação em tempo real do que acontece na Amazônia e o desmatamento ilegal praticado por piratas oportunistas que vivem da ilicitude, como no caso do mercado negro de madeira, deve ser reprimido e os crimes rigorosamente punidos.

Outro aspecto que precisamos compreender é o desmatamento que ocorre em áreas de assentamentos fundiários. Em uma região onde os solos na sua grande maioria são de baixa fertilidade como é o nosso caso, incentivar culturas de subsistência como mandioca, milho, feijão sem a devida aplicação de critérios de rotatividade e nutrição pode ser arriscado. O corte raso de madeira e as queimadas para aragem da terra, práticas consideradas ilegais no Brasil, também

<sup>3</sup> <https://www.embrapa.br/en/busca-de-noticias/-/noticia/30972444/lavouras-sao- apenas-76-do-brasil-segundo-a-nasa>



apresentam consequências nefastas sobre a Amazônia e replicam um ciclo insustentável. A chave para quebrá-lo chama-se incentivo à renda e iniciativas para fixar o homem no campo. Tudo isso, acreditamos, encontra amparo em alternativas no cultivo da palma de óleo, cultura que produz durante os doze meses do ano. Além disso, nas pesquisas realizadas por Adriano Venturieri<sup>4</sup>, da Embrapa, resta claro que nas regiões influenciadas pelo plantio de palma de óleo o desmatamento foi praticamente zerado na última década.

#### **6) O que vocês gostariam e receber como ajuda para proteger a floresta, do governo brasileiro ou de governos internacionais?**

R: É evidente que apenas criticar não traz soluções. A realidade dos que produzem, principalmente na região Amazônica, é ter que arcar com o ônus da responsabilidade de conservar a Amazônia, mas poucos são os bônus. A obrigatoriedade de preservar 80% da propriedade (e utilizar apenas 20%) impõe grandes limitações à produção agrícola e merece ser recompensada.

Se a comunidade internacional está preocupada com a Amazônia, também precisa compreender que ela é habitada por mais de 20 milhões de pessoas que desejam melhorar de vida e oferecer oportunidades para seus descendentes. Fala-se muito em pagamento por serviços ambientais, mas será mesmo que sociedade dita do primeiro mundo está disposta a pagar seu preço? Um exemplo é o mercado de carbono, fala-se muito em redução das emissões de gases de efeito estufa, mas de fato quantos projetos conseguiram obter êxito e ser beneficiado por esse mecanismo? A perda de valor no mercado de carbono ocorre porque não existe disposição do mercado em pagar. Por fim, é sempre importante destacar que os problemas da Amazônia necessitam ser enfrentados com transparência e responsabilidade.

**Roberto Yokoyama**  
Presidente

www.abrapalma.org  
Contato: abrapalma@abrapalma.org

---

<sup>4</sup> <https://www.embrapa.br/en/web/portal/team/-/empregado/286794/adriano-venturieri>

